

OPINIÃO

ENTRELINHAS

HOMENAGEM 1

Nesta terça (28), o vereador José Roberto Segalla (DEM) presidiu a audiência pública que antecede a criação do Dia Municipal em Memória às Vítimas da Covid-19, escolhido para ser lembrado em todo 1 de abril, dia em que, no ano passado, houve a primeira morte causada pela doença em Bauru. Até esta terça, eram 1.234 mortes em Bauru, 140 mil no Estado de São Paulo e 595 mil no Brasil.

HOMENAGEM 2

No início da audiência, o vereador ressaltou que o objetivo da reunião não era fazer críticas ou comentários a governantes, "mas homenagear as pessoas que morreram e ao mesmo tempo lembrar de todos os que ajudaram a enfrentar este problema". O secretário de Saúde, Orlando Dias, destacou a importância de preservar a memória sobre a pandemia, para saber o que foi feito e o que poderia ter sido feito diferente.

MARCO HISTÓRICO

Ana Salles, secretária do Bem-Estar Social comentou que houve uma reconceituação do trabalho da pasta e a mãe da prefeita Suélén Rosim (Patriota), Lúcia Rosim, afirmou que a pandemia foi marco para a história, para poder lembrar filhos e netos. A presidente do Conselho Municipal de Saúde, Graziela de Almeida Prado Piccino Marafiotti; e o representante da Associação Paulista de Medicina (APM) de Bauru, Marcos Cabello, participaram, bem como representantes da OAB.

VISTORIA TÉCNICA

Prosperou o ofício enviado pelo vereador Segalla ao deputado estadual Dirceu Dalben (PL) sobre a criação de uma lei estadual que torne obrigatórias as vistorias técnicas periódicas nos prédios escolares da rede de ensino. O pedido surgiu após o acidente que deixou três crianças feridas, com a queda de parte do forro de uma sala de aula da escola estadual Professor Antônio Serralvo Sobrinho, no bairro Popular Ipiranga.

NA SECRETARIA

O pedido foi enviado no dia 24 e o deputado já havia feito contato com o vereador revelando que oficiou também o vice-governador Rodrigo Garcia. Na segunda (27), o deputado enviou um pedido de Segalla também para a secretaria executiva da Secretaria Estadual de Educação, Renilda Peres de Oliveira, para que providencie as medidas necessárias à recomposição do prédio e o retorno das aulas, bem como para minimizar os efeitos aos alunos atingidos.

CORREÇÃO

A iniciativa de realizar vistorias técnicas nos prédios municipais começou com uma lei municipal da vereadora Chiara Ranieri (DEM) e não de José Roberto Segalla, do mesmo partido, como dissemos ontem, aqui. Segalla se inspirou na lei de Chiara e, agora, fez o pedido ao deputado para que a Assembleia adote a mesma providência. Aliás, Segalla é membro da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, cujo presidente é Mané Losila (MDB).



A crise da falta de água

JORGE ALBERTO SOARES

Endo a edição do JC desta terça-feira, 28/9, as notícias sobre a crise da falta d'água, o tom dramático das declarações do presidente do DAE e alguns outros detalhes chamam a atenção e não podem passar despercebidos.

Em primeiro lugar é inaceitável que declarações dessa magnitude da prefeita Suélén e do presidente do DAE tenham acontecido em live no perfil particular de rede social da prefeita e não através da Prefeitura.

Em segundo lugar, o presidente do DAE não deveria ter anunciado que caso não haja grandes volumes de chuva haverá grande chance de colapso no abastecimento de água. Essas declarações desastrosas do presidente do DAE só servem para instalar um clima de insegurança e pânico na população.

Também não dá para aguentar mais essa ladainha de que a situação desastrosa atual é culpa dos prefeitos anteriores, etc etc. No meu entender, temos tido prefeitos que, cada um a seu modo, tentaram resolver os problemas da cidade, sempre com a melhor das intenções para acertar.

A atual administração municipal deve sim é investigar e explicar por que em Bauru as bombas dos poços artesianos queimam com tanta frequência. Suspeito que haja algo muito errado nisso aí. O caso mais flagrante foi o poço recém-inaugurado da Praça Portugal cuja bomba queimou poucos dias após a inauguração. É um festival de

queimas de bomba elétrica e, o que é pior: a demora prolongada, absurda, para substituir essas bombas!

Um outro absurdo, mais que um absurdo, é uma caso de crueldade, uma verdadeira desumanidade, é o cidadão comum que não consegue que o caminhão-pipa do DAE ponha água na caixa d'água da sua residência térrea! Há uns 40 ou 50 anos atrás não era assim. Você pedia um caminhão-pipa que chegava na sua casa, o ajudante de caminhão subia tranquilamente numa escada e enchia a sua caixa d'água sem nenhum problema. Bons tempos que não voltam mais. Que saudade!

Eu posso estar errado, mas não vejo motivos para pânico. É possível implementar algumas medidas eficazes a curto prazo, tais como melhorar a comunicação/interação do DAE com o público consumidor; fazer mutirões para estancar imediatamente os vazamentos de água nas ruas da cidade que têm demorado muito para serem consertados; acelerar a substituição das bombas elétricas queimadas.

Por outro lado, os institutos de meteorologia preveem chuvas significativas no Sudeste do mês de novembro para frente.

E, como dizia Carl Sagan, em tempos difíceis, tumultuosos, "é melhor acender uma vela do que praguejar contra a escuridão". Então deixo aqui uma pequena vela acesa, na esperança de que tempos melhores certamente hão de vir.

● O autor é engenheiro, colaborador de Opinião

Setembro Verde e o Dia Nacional da Doação de Órgãos

PAULA DALSOGLIO GARCIA

Em 27 de setembro comemoramos o Dia Nacional da Doação de Órgãos. Essa data visa a conscientização da população sobre esse tema tão importante e infelizmente revestido de muitos mitos que devem ser descontruídos. Esse é um tema difícil, já que falar sobre a morte nunca foi o assunto favorito da maioria da população. Porém, pensar que podemos ajudar o outro, mesmo depois de partirmos, é algo que merece ser evidenciado.

Ao contrário do que se acredita, deixar registrado em cartório ou em documento o desejo de ser ou não doador, não é a maneira correta de decidir sobre isso. Os únicos que podem ser responsáveis pela doação dos órgãos são os seus parentes de primeiro e segundo grau. Ou seja, seus parentes mais próximos, em um momento de muito sofrimento pela perda, deverão decidir sobre a doação ou não de órgãos. É uma situação delicada, porém, se você os avisar sobre o seu desejo de ser doador, o peso da decisão ficará menor.

Os familiares geralmente respeitam o desejo do paciente que partiu. Portanto, conversem sobre o seu desejo de doar os órgãos com seus familiares. Falar sobre isso não atrai a morte, apenas ameniza a dor da escolha de quem fica e ajuda aqueles que esperam

na lista de transplantes de órgãos.

Segundo dados do Registro Brasileiro de Transplantes (RBT) publicado em 2021 no site da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO), temos 45.664 pacientes adultos e 865 crianças aguardando em lista de espera por um transplante de órgãos. O número de doações ainda não é suficiente e, infelizmente, a recusa familiar ainda é um problema no nosso país. As taxas de recusa familiar sempre giram em torno de 40%. Por isso é tão importante falarmos sobre esse tema.

Nós, da Comissão Intra-Hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante (CIHDOTT), do Hospital de Base de Bauru, seguimos fazendo nosso melhor para garantir vida àqueles que ficam e também acolher as famílias que passam por esse doloroso processo de perda e doação. O empenho de todos os profissionais e setores do HBB que tornam esse processo possível tem sido fundamental, bem como o apoio total da diretoria nesta jornada diária. Agradecemos, em especial, às famílias, que são as grandes responsáveis pelas doações e que permitem que a vida continue, mesmo após o último suspiro.

● A autora é nefrologista e coordenadora da Comissão Intra-Hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante (CIHDOTT) do HB

TRIBUNA DO LEITOR

COMENDADOR: UM FALSO DILEMA

Há um "jogo de palavras" no posicionamento do poder público que induz a um falso entendimento da questão envolvendo o Jardim Estoril II.

A Prefeitura de Bauru argumenta que "a avenida Comendador é um tronco viário e, portanto, precisa de comércio". É o progresso. Os argumentos passam a ideia de que "os moradores estão vedando comércio na avenida inteira, atrapalhando o progresso do restante da cidade".

Esse é um falso dilema.

Não reivindicamos a avenida inteira.

A avenida Comendador tem 51 quadras em extensão. Desses, 46 já são comerciais. Reivindicamos o respeito à convenção residencial apenas das 5 quadras do loteamento Jd. Estoril II na avenida.

E o motivo foi muito bem descrito pelo secretário Nilson Ghirardello: a convenção entre entes privados e a decisão do TJSP segundo a qual intervir aí é inconstitucional. Portanto, não se trata de um Fla-Flu. Mas de contratos e leis. No nosso entendimento, progresso também é respeitar contratos.

● Associação de Moradores e Proprietários dos Jardins Estoril 2 e 3 - AMPJE

ÁGUA EM ÉPOCA DE ESTIAGEM

Gostaria de enaltecer o DAE, mas não há motivo para tal manifestação. Foi proposto aos bauruenses dependentes das águas do sofrido Rio Batalha, na última sexta, dia 24/9, um revezamento de 24 por 48 horas no fornecimento de água. Muito bem, a crise hídrica é grave, temos que nos adaptar, mas o abastecimento nas 24 horas, na realidade, é intermitente e por conseguinte não totaliza 24 horas. O drama do abastecimento de água na época da estiagem é um problema antigo, que poderia, nos dias de hoje, estar amenizado, menos sofrido, se não fosse o descaso das administrações anteriores, que pouco ou nada fizeram nesse sentido.

A sra. prefeita, sensibilizada com a situação vigente, prometeu, e está cumprindo, a perfuração de três (3) poços em caráter de urgência. Um já foi inaugurado em 17 de agosto, próximo passado, mas, infelizmente, inativo desde o dia 26, do mesmo mês, para decepção dos bauruenses. Funcionou, apenas, seis (6) dias, em decorrência da instalação de bomba e fiação elétrica inadequadas em um poço novo. O que está faltando, no momento, para resolver a situação? Cabos elétricos, apenas! Até hoje não foram providenciados para minimizar o revezamento proposto.

Convenhamos, está faltando bom senso e eficiência para atender aos anseios da população, principalmente neste período crítico de abastecimento de água. E, como já citado, o drama do suprimento de água nos períodos de estiagem é crônico, de modo que seria oportuno voltar a discutir a concessão dos serviços de água e esgoto para a iniciativa privada, proporcionando à população um serviço mais eficiente.

● Roberto Brandão Garcia

● TRIBUNA DO LEITOR